



A Petrobras e a geopolítica brasileira na América do Sul: questão boliviana

Luane Rubim Machado*
Synthio Vieira de Almeida**

Palavras-chave: Geopolítica. Integração regional. Petrobras. Bolívia.

A incessante busca dos governos brasileiros pela constituição de um “Brasil Potência” ganha novo impulso diante da atual configuração do mundo pós-guerra fria. Numa era de globalização e formação de blocos econômicos, percebe-se uma mobilização do atual governo brasileiro, sob liderança do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que tem implementado uma série de ações políticas no sentido de projetar o país, de forma positiva, junto à comunidade internacional, como líder na construção e condução do bloco sul-americano de nações, objetivando uma maior participação do Brasil, junto às questões políticas e econômicas da América do Sul.

Dentre os objetivos geopolíticos para o país, no início do século XXI, estão as políticas de afirmação e ampliação do Mercosul, que se constitui numa das mais importantes iniciativas de integração econômica, fora da influência direta das economias mais avançadas do mundo atual, tornando-se necessário analisar o papel da Petrobras como importante condutora no processo de integração energética regional e sua contribuição em difundir a liderança do Brasil junto aos demais países latinoamericanos, configurando-se numa empresa-chave da projeção de poder geopolítico brasileiro. Como referência pode-se referir à participação da Petrobras na exploração de gás natural boliviano, aos avanços e conflitos na relação entre o Brasil e a Bolívia, sobretudo nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Evo Morales.

É inegável que a expansão da economia brasileira, de fato, acaba por fortalecer o papel geopolítico do país no território sul-americano. Com isto, vem alimentando desconfianças entre os vizinhos, acerca do que se fará com esse poder. Para que se concretize o sonho de Simon Bolívar da Integração regional, será necessário, ainda, um grande esforço

*Aluna do curso de Licenciatura em Geografia. Pesquisadora de iniciação científica do Núcleo de Pesquisa em Geografia (NEGEO) do CEFET Campos.

** Mestre em Sociologia (UCAM/IUPERJ). Professor orientador Núcleo de Pesquisa em Geografia (NEGEO) do CEFET Campos.

diplomático envolvendo o Brasil e seus vizinhos, principalmente porque uma América fragmentada tem servido, historicamente, apenas aos interesses dos países centrais.

Atuação internacional da Petrobras e o setor energético brasileiro

A Petrobras foi criada por meio da instituição do monopólio estatal de petróleo e gás, na década de 1950, como resultado de uma intensa campanha nacionalista promovida pelo governo de Getúlio Vargas. Atualmente, a empresa atua em diversas áreas: realiza pesquisas, localiza e identifica reservas de petróleo e gás, possuindo uma excelente tecnologia para extração em águas profundas. Recebeu, por duas vezes, o prêmio mais importante da Indústria Mundial do Petróleo, o *Distinguished Achievement Award*, oferecido na *Offshore Technology Conference*, em 1992 e 2001.

Novos desafios têm sido postos em sua estrutura organizacional, sobretudo, na área estratégica de gás e energia. A empresa tornou-se responsável por comercializar o gás natural brasileiro e o importado por meio da implantação de projetos, que foram sendo feitos em parceria com o setor privado, para garantir a oferta de gás e energia em todo o país.

A empresa, também, atua na área de negócios internacionais, desenvolvendo diversas atividades no exterior, estando associada às maiores empresas petrolíferas mundiais existentes em países como os Estados Unidos, Guiné Equatorial, Nigéria, Trindad Tobago, Cazaquistão, Colômbia, Bolívia, Argentina e Angola.

Percebe-se que a Petrobras vem buscando se consolidar internacionalmente, sobretudo na América do Sul, sendo vista pelo governo brasileiro como um instrumento que poderá contribuir para a integração energética neste subcontinente. Numa era de globalização e formação de blocos econômicos, percebe-se uma mobilização do atual governo brasileiro, sob a liderança do presidente Luís Inácio Lula da Silva, no sentido de projetar o país como líder na construção e condução do bloco sul-americano de nações.

De acordo com Costa (1999) a vulnerabilidade econômica dos países sul-americanos deve-se à ausência de integração no subcontinente. A dinâmica da indústria mundial do petróleo foi sendo formada como resposta aos empecilhos de crescimento, inerentes ao próprio setor, apresentando dois modelos de organização industrial: o modelo americano, em que suas estratégias evoluíram para uma forte internacionalização da indústria, e o modelo voltado para a formação de empresas estatais, sobretudo em países em desenvolvimento.

Para Vilas Boas (2004) tratar da questão da integração Sul-americana seria uma estratégia de inserção do subcontinente na ordem mundial. Mas, para que haja realmente tal integração regional, é preciso que o Estado esteja fortalecido para conduzir um

desenvolvimento sustentável e, para isso, deve-se dar ênfase à mundialização e regionalismo, em vez de globalização e a necessidade de se adaptar a ela a qualquer custo.

Na América do Sul, a idéia de competição passou a ser questionada, buscando-se pregar a cooperação, embora se saiba que as rivalidades constituem-se numa barreira para tal processo.

No ano de 2006, a Petrobras teve como meta principal a consolidação de sua atuação externa, visando atuar em vários países, sobretudo, em seus vizinhos sul-americanos. Tal meta pôde ser alcançada em parte, pois, muitos problemas têm surgido, como as mudanças de regras na Argentina, Venezuela e Bolívia.

Segundo Bacoccoli (2005), a Petrobras é reconhecida como a 15ª empresa petrolífera mundial e sua atuação internacional teve início a partir de 1972, época do milagre econômico brasileiro. Nesse período de auge econômico instaurou-se um pensamento de Brasil-potência. Foi uma época marcada pelo crescimento econômico que, a partir de 1973, diminuiu e, em 1974, houve o primeiro choque do petróleo que gerou impactos negativos sobre a economia brasileira como inflação e elevação da dívida externa. Pouco antes de começarem os choques do Petróleo, foi criada a subsidiária da Petrobras, a Braspetro, responsável pelas atividades no exterior.

Assim, a atuação internacional da Petrobras, de acordo com Baccoli (2005), deu-se inicialmente, por meio da Braspetro, podendo ser dividida em 3 fases:

1) busca de áreas e bacias com maiores produções e grandes potenciais de todo o mundo para garantir o abastecimento nacional, por recomendação de Walter Link;

2) nesta segunda fase, a Braspetro buscou atuar, com prioridade, nas bacias produtoras de países desenvolvidos, onde se localizavam as principais companhias internacionais, pois atuando neste meio, ao lado das grandes corporações petrolíferas internacionais, a Petrobras teria condições de efetuar intercâmbios e parcerias, o que, de certo modo, ocorreu;

3) na terceira fase, a Petrobras concentrou, realmente, suas atividades no exterior em sua área de influência geopolítica, nos países vizinhos sul-americanos e, em segundo plano, em países da Costa Ocidental da África, havendo, ainda, uma preservação de sua atuação na costa do Golfo norte-americano.

Especificamente na América do Sul, a Petrobras atingiu importante status em países vizinhos como a Bolívia, Argentina, Colômbia e, mais recentemente, na Venezuela. Entretanto, estes países convivem, constantemente, com grande insatisfação na população

quanto à atuação das empresas estrangeiras em seus territórios, originando uma série de movimentos nacionalistas.

Trajatória política dos países sul-americanos

Os países sul-americanos possuem trajetórias parecidas: tornaram-se independentes no século XIX e receberam grande influência dos Estados Unidos no século XX. A América do Sul, assim como toda a América Latina, cumpriu o papel de fornecedora de matéria prima e consumidora de produtos industrializados e tecnologicamente sofisticados. Além disso, a maioria destes países passou por ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980, que foram apoiadas e sustentadas pelos Estados Unidos, uma vez que contribuía para a defesa de seus interesses e na luta contra o comunismo. Na década de 1980, estes países passaram por um período de redemocratização, enfrentando grandes dificuldades no campo econômico. Por exemplo, sofriam com uma elevada dívida externa, algo que ainda afeta toda a América Latina.

Após alguns anos, muitos destes países tiveram seus presidentes afastados devido a escândalos envolvendo corrupção. A partir de 1990, as medidas neoliberais instituídas pelo Consenso de Washington tornaram-se ideologia dominante. Iniciaram-se as políticas voltadas para desregulamentação do mercado de trabalho, abertura econômica e privatizações, e a expansão do chamado terceiro setor.

Na medida em que as políticas neoliberais não melhoraram o quadro econômico e social, isso favoreceu a eleição de candidatos de esquerda, muitos deles chamados de “populistas” ou “nacionalistas” pela crítica oposicionista.

Relação Brasil-Bolívia: limites e possibilidades de cooperação energética

A partir de informações da empresa, a atuação da Petrobras na Bolívia esteve visando uma integração do mercado de gás e petróleo nos países da América do Sul, conforme está previsto no plano de desenvolvimento estratégico da companhia. A empresa foi instalada em 1995 mas, só entrou em funcionamento em meados de 2006 e, em menos de 10 anos, tornou-se a maior empresa do país, tendo grande participação no PIB boliviano e na arrecadação total de impostos.

Grande parte do reconhecimento internacional adquirido pela Petrobras dá-se a partir de sua atuação na Bolívia. Um fato de grande importância no processo de integração entre os dois países foi a construção da Gasbol (gasoduto Brasil-Bolívia), construído no período de

1997 a 2000, a partir da assinatura da Carta de Intenção de Integração Energética Brasil-Bolívia, em 1991. O reconhecimento internacional da Petrobras também pode ser creditado, por sua primazia de qualidade, obtida pela eficiência em seus serviços, qualidade de seus produtos, e ainda por seus projetos sócio-culturais e esportivos que foram sendo desenvolvidos junto à população de baixa renda nestes anos de funcionamento.

Por meio do Gasbol, o Brasil recebe grande quantidade de gás natural da Bolívia, correspondendo a cerca de 51% do total utilizado em nosso país.

A Petrobras atuou, nos últimos anos, na exploração de duas grandes reservas de gás natural da Bolívia, localizadas em San Alberto e San Antonio, respectivamente, possuindo ainda as duas maiores refinarias localizadas em Cochabamba e Santa Cruz de La Sierra. A ênfase no gás natural dá-se pelo fato de a Bolívia possuir a segunda maior reserva de gás da América do Sul e, por ser um recurso que o Brasil necessita e que ainda não produz em quantidade suficiente para o abastecimento de todo o país.

A Bolívia passou por um processo de industrialização tardia e período de regime militar, assim como a maioria dos países da América do Sul. Por isso, sua história é marcada por lutas e movimentos em prol da nacionalização da exploração e produção de hidrocarbonetos. Por possuir grandes reservas, a população reivindica, há vários anos, os rendimentos provenientes deste recurso energético, no sentido de que sejam canalizados no desenvolvimento econômico e social do país.

Bacocoli (2005) diz que se nos voltarmos para os últimos três governos bolivianos poderemos perceber como é grande a força e persistência desses movimentos. Em 2002, Gonzalo de Lozada assumiu a presidência, ficou no governo até 2003 quando acabou renunciando, diante da crise provocada pelas pressões populares. Seu vice-presidente, Carlos Mesa, assumiu a presidência em meio à crise.

Em maio de 2005, o Congresso boliviano aprovou uma lei que cria um imposto de 32% para as empresas petrolíferas instaladas no país, além dos 18% que já eram cobrados em forma de royalties. Os movimentos populares visavam que esta lei fosse aplicada. Entretanto, Mesa temia perder os investimentos estrangeiros já que as empresas estrangeiras ameaçaram deixar o país e demitir inúmeros funcionários. O presidente absteve-se e decidiu que o Congresso deveria promulgar a lei, dizendo que haveria a cobrança de uma taxa de 12% podendo aumentar de acordo com o aumento da produção. Entretanto, as pressões populares só foram aumentando e Carlos Mesa acabou renunciando, em 2005, no auge da crise. Eduardo Rodríguez, presidente da Corte Suprema de Justiça, assumiu a presidência, provisoriamente,

até serem realizadas as eleições¹. Evo Morales, que era líder da oposição e participava do movimento em prol do socialismo, candidatou-se e, em seus discursos, anunciava ao povo boliviano que, se fosse eleito, faria a tão sonhada nacionalização dos hidrocarbonetos. Aos países vizinhos, dizia que não seria muito radical, apenas promoveria uma revisão de contratos.

Em janeiro de 2006, Evo Morales foi eleito com 54% dos votos. O candidato mais bem votado desde que o país retornou à democracia. Pode-se perceber que ele era muito querido pelo povo que, acima de tudo, acreditava em suas promessas e discursos.

Num primeiro momento, o novo presidente preferiu não tomar nenhuma atitude que afetasse as multinacionais, até porque estando no governo, certamente pôde conhecer, com maior clareza, a importância que essas empresas tinham para o país em diversos sentidos, como na contribuição do PIB, na arrecadação de impostos, exploração e produção de hidrocarbonetos, oferta de empregos, pois as empresas nacionais não têm muito sucesso nesta área, além de outras contribuições. Mas, diante da espera daquele povo que confiou em suas promessas, decidiu assinar o decreto de nacionalização.

Desde então, a relação entre o Brasil e a Bolívia tem sido abalada diante da possibilidade de restrição no volume de gás que é exportado para o Brasil, na medida em que é utilizado em larga escala para os mais diversos setores, sobretudo, como gás de cozinha e veicular.

Conclusão

A partir das medidas tomadas recentemente, pode-se dizer que o governo boliviano acelerou as complexas negociações para assumir o controle de duas refinarias da Petrobras, por US\$ 70 milhões, menos da metade dos US\$ 160 milhões solicitados pela empresa brasileira². As refinarias em questão são Gualberto Villarroel, de Cochabamba, e Guillermo Elder, de Santa Cruz. De acordo com a Folha on line (2007), estas duas refinarias acabaram sendo compradas pelo governo boliviano, no dia 11 de maio de 2007 por US\$ 112 milhões. O diretor nacional de Comunicação do governo boliviano, Gastón Nunes, disse que o presidente do país, Evo Morales, esteve participando das comemorações.

De acordo com a Petrobras, durante a sua gestão nas unidades da Bolívia, os investimentos "otimizaram os processos" e permitiram o aumento de capacidade das

¹Dados da Folha on line de janeiro de 2006.

² Informação coletada na Gaceta Oficial de Bolivia, Ministério de La Presidencia.

refinarias. O nível de produção de diesel aumentou 44%. No caso do gás de cozinha, o aumento foi de 62%.

Para o Ministério das Relações Exteriores, as recentes decisões unilaterais da Bolívia, sobre o monopólio na exportação de petróleo e gasolina, que afetam a Petrobras, podem causar um “impacto negativo na cooperação entre os dois países”.

Assim, torna-se necessário indagar quais seriam as medidas mais sensatas, no sentido de evitar maiores prejuízos, sabendo-se que, sejam quais forem as ações legais que a Petrobras venha a tomar em defesa de seus interesses legítimos, é evidente o impacto negativo que este, e qualquer outro gesto unilateral, pode ter na cooperação entre os dois países.

Referências

Atuação Internacional da Petrobrás. Disponível em: <http://petrobras.com.br/espacoconhecer>. Acesso em: 23 de jun. 2006.

COSTA, Darc Antônio da Luz. *Um discurso de estratégia nacional: a cooperação sulamericana como caminho para inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro, 1999. Engenharia de Produção/COPPE/UFRJ. Tese de doutorado em Ciências e Engenharia de Produção.

GIUSEPPE, Baccoli. *Bolívia: Lições a serem aprendidas*. Rio de Janeiro: Petroleum Intelligence Weekey: Empresa Royal Dot, 2005.

MINADEO, Roberto. *Petróleo: a maior indústria do mundo?* Rio de Janeiro: Thex editora, 2002.

MINISTÉRIO de Relações exteriores. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/>. Acesso em: 17 jun. 2007.

IMPrensa boliviana. Disponível em: <http://gaceta.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 16 jun. 2007.

VILAS BOAS, Marina Vieira. *Integração gasífera no Cone Sul: Uma análise das motivações dos diferentes agentes envolvidos*. Rio de Janeiro, 2004. PPE/COPPE/UFRJ. Dissertação de mestrado em Planejamento Energético.